



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**BIANCA DE FREITAS SILVA**

**A INFLUÊNCIA FAMILIAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DO ADULTO  
COM SÍNDROME DE DOWN**

**MURIAÉ**

**2024**

**BIANCA DE FREITAS SILVA**

**A INFLUÊNCIA FAMILIAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DO ADULTO  
COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Psicologia  
do Centro Universitário FAMINAS.

Orientadora: Fernanda Rayol Campana Pires

**MURIAÉ**

**2024**

S586i Silva, Bianca de Freitas

A influência familiar no processo de inclusão social do adulto com síndrome de down / Bianca de Freitas Silva. – Muriaé-MG, 2024.  
32 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Fernanda Rayol Campana Pires

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Psicologia) –  
Centro Universitário FAMINAS, Muriaé, MG, 2024.

1. Síndrome de Down. 2. Inclusão Social. 3. Família. 4. Psicologia.  
I. Pires, Fernanda Rayol Campana, orient. II. Muriaé, MG. III. Centro  
Universitário FAMINAS. III. Título

CDD: 150

Dedico este trabalho com carinho aos meus amigos do Centro Dia. Com vocês pude aprender o real significado da vida e enxergá-la como um presente único, uma dádiva. Aproveitar cada momento como se fosse o último, sem medos, sem julgamentos, sem preconceitos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo privilégio de ter ingressado em um curso superior, senão fosse a sua bondade, nada disso seria possível. A sua luz iluminou meu caminho, trazendo sabedoria e coragem nos momentos de incerteza. Sou eternamente grata pelas bênçãos recebidas e pela força que me permitiu chegar até aqui. À minha família, meu eterno agradecimento, por sempre acreditarem em mim, pelo apoio incondicional e pelas valiosas lições de vida que sempre me transmitiram. Vocês foram a minha inspiração e motivação, e sem vocês, eu não estaria aqui hoje. Um agradecimento em especial a minha mãe, meu amor e minha maior inspiração. Que é a minha base para ter conseguido alcançar tudo que tenho e sou hoje, a senhora é a razão pela qual eu nunca desisti, mesmo diante das dificuldades. Espero retribuir cada sacrifício que a senhora fez. Dedico esse diploma aos meus pais, que mesmo diante a todas as dificuldades e obstáculos, nunca permitiram que faltasse nada. Mesmo com apenas o ensino fundamental, sempre me incentivaram a estudar e hoje tenho o privilégio de estar na reta final da graduação, a primeira filha com ensino superior. Agradeço também ao meu namorado, por sempre acreditar no meu potencial e ter me auxiliado em todo esse processo, sendo meu ombro amigo, porto seguro e amparo nos momentos bons e ruins. Agradeço a minha avó, a famosa Dona Tita, que me inspirou a seguir a carreira como psicóloga, foi a primeira pessoa que tive o privilégio de escutar. Obrigada vó, por tudo que a senhora fez e faz pela gente, serei eternamente grata a senhora e levarei comigo todos os ensinamentos. Às minhas amigas que sempre me inspiraram e tiveram muita paciência em vivenciar todo esse processo comigo, mesmo não podendo estar presente fisicamente na maioria das vezes, compartilhamos diversos momentos juntas. Obrigada por acreditarem em mim! E um agradecimento em especial às minhas sobrinhas, meus amores, que fizeram parte de quase todo o processo da graduação. Foram minhas companhias enquanto estudava e minhas inspirações para prosseguir, titia ama muito vocês! Agradeço a cada dispositivo, local, que tive o privilégio de estagiar e aprender um pouco mais, saibam que levo em meu coração cada detalhe ensinado, vocês foram muito importantes para que eu me tornasse quem sou hoje. O meu muito obrigada a todos vocês!

## RESUMO

Silva, Bianca de Freitas. **A influência familiar no processo de inclusão social do adulto com síndrome de down.** 2024. 32 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Centro Universitário Faminas.

A Síndrome de Down é a alteração genética mais comum e antiga, está ligada a uma deficiência intelectual que apresenta diversas características e condições clínicas. A presente pesquisa tem como foco apresentar o papel da família para o desenvolvimento e o seu impacto no processo de inclusão social do adulto com síndrome de down. Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, com enfoque metodológico na revisão narrativa, reunindo trabalhos que citam temas como síndrome de down, inclusão social e família no processo de desenvolvimento. A partir das informações obtidas, foi verificado através desta pesquisa que os ambientes sociais acessados por pessoas com síndrome de down são determinados pelo que suas famílias possibilitam e como isso tem grande influência em sua formação biopsicossocial. Considerando a importância da temática abordada, é necessário realizar mais pesquisas para a promoção da conscientização e estimular discussões mais abrangentes sobre o assunto. Além disso, é fundamental para refletir sobre possíveis intervenções com o objetivo de identificar novos caminhos que contribuam para a construção social dos adultos com síndrome de down, com o objetivo de desmistificar a infantilização impostas a adultos com essa síndrome.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão Social. Família.

## ABSTRACT

SILVA, Bianca de Freitas. **Family influence on the social inclusion process of adults with down syndrome**. 2024. 32 pages. Bachelor's Degree Completion Work at Centro Universitário Faminas.

Down Syndrome is the most common and oldest genetic disorder, it is linked to an intellectual disability that presents several characteristics and clinical conditions. This research focuses on presenting the role of the family in development and its impact on the process of social inclusion of adults with down syndrome. Being qualitative research, with a methodological focus on narrative review, bringing together works that cite topics such as down syndrome, social inclusion and family in the development process. From the information obtained, it was verified through this research that the social environments accessed by people with down syndrome are determined by what their families allow and how this has a great influence on their biopsychosocial formation. Considering the importance of the topic addressed, it is necessary to carry out more research to promote awareness and encourage more comprehensive discussions on the subject. Furthermore, it is essential to reflect on possible interventions with the aim of identifying new paths that contribute to the social construction of adults with Down syndrome, with the aim of demystifying the infantilization imposed on adults with this syndrome.

Key Words: Down syndrome. Social Inclusion. Family.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN.....</b>	<b>13</b>
<b>3. FAMÍLIA E O SEU PAPEL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ADULTO COM SÍNDROME DE DOWN.....</b>	<b>17</b>
<b>4. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO ADULTO COM SÍNDROME DE DOWN NO MEIO SOCIAL.....</b>	<b>21</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é uma condição genética presente há alguns anos e com muitos indivíduos envolvidos, possuindo diversas lacunas que ainda não foram discutidas e esclarecidas pela comunidade científica e que, atualmente, mediante ao que se conhece sobre essa condição, ainda são necessárias mais informações e principalmente serem apresentadas para os responsáveis aos quais estão incumbidos para o desenvolvimento das pessoas com a síndrome (Bissoto, 2005).

Segundo Papalia (p. 210, 2022), “aproximadamente 1 em cada 792 bebês nascidos vivos têm síndrome de Down”. Além da suscetibilidade genética, a pessoa com síndrome de down pode estar associada há diversos fatores que podem influenciar de forma direta em seu desenvolvimento, como o nível socioeconômico dos responsáveis ser insuficiente para suprir as demandas que forem necessárias, o baixo conhecimento dos responsáveis, acarretando menor procura por atendimentos profissionais. Além disso, a possibilidade de estar exposto à violência e às condições precárias de moradia, higiene e demais necessidades básicas (Dessen; Silva, 2002).

Essas complexas explicitações podem provocar disfuncionamentos na estruturação física, social e emocional. A psicologia por meio de sua fundamentação e princípios teóricos, possibilita um olhar para as diversas camadas sociais que os indivíduos possam estar inseridos e auxilia na promoção do desenvolvimento da pessoa com deficiência. O profissional também mantém uma postura adequada e orienta aos responsáveis sobre a síndrome, tendo a possibilidade de construir em conjunto um planejamento para o desenvolvimento da pessoa com a síndrome. Isso proporciona a realização de eventos em prol de conscientizar mais pessoas a respeito da síndrome e com isso construir em conjunto um ambiente mais acolhedor e inclusivo (Dessen; Silva, 2002).

Nesse contexto, a proposta desta pesquisa tem por objetivo geral analisar como é a influência familiar no processo de inclusão social do adulto com síndrome de down. Com base nisso, é importante salientar que essa pesquisa tem como objetivos específicos conceituar historicamente a síndrome de down, analisar o contexto familiar de acordo com, suas contribuições para o desenvolvimento e inclusão social da pessoa com esta síndrome, e descrever a importância da inserção desses sujeitos nos contextos sociais em que vivem.

Diante dessa perspectiva, o presente estudo tem como foco utilizar a pesquisa de caráter qualitativo, contando com uma revisão narrativa ao qual dispensa o uso de critérios explícitos e sistemáticos para a pesquisa. Esta metodologia proporciona uma análise crítica da literatura, trazendo as contribuições da psicologia social a partir de conceitos e definições a respeito da pessoa com síndrome de down e sobre o contexto familiar, sendo de relevância para sua construção e um fator crucial para o seu desenvolvimento.

A produção científica foi verificada nas bases de dados Scielo e Pepsic, pelas seguintes combinações de palavras: síndrome de down, contexto familiar, influência social para o desenvolvimento. Para alcançar tais objetivos, foram utilizados livros, artigos científicos, revistas eletrônicas e dissertações, sendo somente artigos nacionais com início no ano de 1985 até o ano de 2022, as buscas foram realizadas de forma independente, no período de fevereiro de 2024 a outubro de 2024.

Para a seleção dos artigos, verificou-se, no título e no resumo, aqueles que apresentassem a temática proposta sobre a inclusão social do adulto com síndrome de down. Como critério de inclusão, considerou-se a presença de dados relativos ao papel que a família possui no processo de desenvolvimento e inclusão social do adulto com síndrome de down. Foram excluídos os estudos que envolveram pessoa excepcional, pessoa especial, pessoa deficiente e abandono familiar, que não consentiram com o presente tema da pesquisa. Os estudos selecionados foram organizados de acordo com os autores, o título, o ano de publicação e o periódico de publicação. Verificou-se a faixa etária, as características físicas e cognitivas, os atravessamentos que implicam no desenvolvimento e no processo de inclusão, e o papel que a família possui.

A temática abordada é de grande relevância para promover processos de conscientização e auxiliar na compreensão. Além disso, é essencial refletir sobre possíveis intervenções externas a esse público específico, buscando desmistificar a infantilização imposta a adultos com síndrome de Down. A importância desta pesquisa reside na relevância do tema para o desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down, sendo fundamental sua discussão, principalmente na conscientização das famílias, sendo essencial para esse processo. Contribuindo para a compreensão dos direitos e da inclusão nos espaços sociais, possibilitando a redução dos preconceitos e uma melhor compreensão da síndrome, além de garantir a dignidade e sua autonomia.

. Além disso, este estudo poderá contribuir para a área da Psicologia, uma vez que há poucas pesquisas que abordam essas discussões. O referencial teórico escolhido incluirá autores que nos permitirão analisar sobre o desenvolvimento da síndrome sob a perspectiva de Papalia (2022), Bissoto (2005). Além de Munhoz (2003), Chacon (2011) Glat (1996) que fomentam a pesquisa com seus argumentos a respeito do papel da família no processo de desenvolvimento e a compreensão de como o ambiente em que se está inserido pode influenciar. Os autores Vygotsky (1985), Sasaki (2010) contribuíram a respeito da inclusão social e os componentes que a permeiam, como a infantilização do adulto com deficiência e os desafios enfrentados para a inclusão social.

A pesquisa nas bases de dados sobre a história e caracterização da síndrome e a psicologia social no processo de inclusão social da pessoa com deficiência obteve 60 resultados, dos quais 34 foram excluídos por título e resumo. Os critérios de exclusão se deram da seguinte forma: 8 artigos foram excluídos por se tratarem de inclusão de crianças com deficiência, 6 por serem sobre a formação e não atuação do psicólogo, 12 por não adequação à temática do trabalho, 8 não referentes a psicologia social.

Quanto à pesquisa de materiais referentes ao segundo capítulo, que trata do papel que a família possui no processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência foram obtidos 28 resultados dos quais 12 foram eliminados por título e resumo por não se tratarem da temática específica proposta nesta pesquisa. Após a leitura dos artigos, mais 6 foram descartados por não adequação a proposta teórica da pesquisa, sendo utilizados os 10 restantes.

Os materiais, tanto da base de dados, quanto de livros e revistas foram agrupados em três categorias para estudo detalhado: 1- História da síndrome de down e sua caracterização; 2- O papel que a família possui no processo de desenvolvimento do adulto com síndrome de down e 3- O processo de inclusão social e os atravessamentos vivenciados para a sua realização, temas dos capítulos apresentados, sendo alguns artigos utilizados em mais de um capítulo.

Foram incluídos também materiais que trazem contribuições sobre os desafios da inclusão social das pessoas com deficiência e os atravessamentos que permeiam esse processo, textos que dialogam com a perspectiva da psicologia social compreendendo o ser humano em seu contexto social, bem como publicações que discutem sobre a atuação do psicólogo social nesta mesma perspectiva teórico-

metodológica, sendo excluídos textos que apresentam outras propostas teóricas de atuação.

A estruturação da pesquisa foi dividida em três capítulos, no primeiro capítulo são analisadas questões acerca da história da síndrome de down e a sua caracterização fisiológica e cognitiva. No segundo, será tratado a caracterização a respeito da família e o seu papel no desenvolvimento do adulto com síndrome down. A influência que o ambiente pode exercer na pessoa e a infantilização enfrentada pelo adulto com deficiência. No terceiro, serão abordados os conceitos de inclusão, integração, exclusão, segregação e como tais pressupostos podem influenciar de forma direta no processo de inserção no meio social e os desafios enfrentados, trazendo a importância que a ocupação desses ambientes podem causar.

Mediante a esta pesquisa foi possível considerar o quão necessários é abordar esse tema, principalmente pela escassez de material. Além de contribuir para uma melhor compreensão do papel que a família possui na vida da pessoa com deficiência e na busca pelos seus direitos.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de down foi representada por John Langdon Down, no ano de 1866, como déficit intelectual e particularidades fenotípicas típicas. Em 1959 Jérôme Lejeune associou a síndrome a uma causa genética (Fidler apud Souza, 2011). Para Down (1866), a síndrome era um dos motivos mais recorrentes da deficiência intelectual, sendo cerca de 18% da totalidade de pessoas com deficiências mentais.

Apresentando minuciosamente a definição da síndrome, Down inadequadamente determina características que para aquela época eram vistas como tendência, denominando a condição como sendo idiota mongoloide (Moreira, 2000). No século XIX, o termo idiota era utilizado para caracterizar pessoa com deficiência intelectual, sendo definidas como pessoas não desenvolvidas, estáveis, anormais, enfermas, doentes e que não havia possibilidade de cura (Justina; Pietricoski, 2020).

John Langdon Down (1866), teve importante papel no processo de caracterização da síndrome de down escrevendo diversos textos a respeito, sendo ele o responsável pela apresentação e registro dos inúmeros aspectos clínicos, físicos e cognitivos referentes à síndrome. Um texto específico, denominado Observações sobre uma classificação étnica de idiotas, foi crucial para o processo de compreensão, ao qual apresentou sistematicamente a síndrome de down e a atribuiu a uma condição clínica específica (Justina; Pietricoski, 2020).

O autor referido, observou que os termos utilizados para especificar as pessoas com a síndrome eram vagos e artificiais, não havendo contribuição alguma para a prática médica e os médicos poderiam ser influenciados a considerar que o suposto “defeito” fosse atribuído a qualquer causa posterior ao nascimento ou não. O referido autor começa a olhar essas pessoas com uma outra perspectiva e refletir como poderia estruturar as diversas classes desse “defeito” que ele analisava (John apud Justina; Pietricoski, 2020).

Ao observar melhor as pessoas com a síndrome, Down (1866), estabelece o termo defeito para as caracterizarem, contrariando os termos usualmente empregados para as descreverem. O autor, não conseguiu determinar a razão da síndrome, no entanto, observou que as crianças nasciam com as alterações e características e conseqüentemente representava uma condição congênita, concedendo à tuberculose nos pais da criança como a origem da síndrome (Justina; Pietricoski, 2020).

Com isso, a definição da síndrome de down atualmente, é uma condição genética que ocasiona a alteração na divisão cromossômica usual, o que acarreta a triplicação, ao invés da duplicação, do material genético relativo ao cromossomo 21. Ainda não se sabe o que acarreta essa causalidade, mas pode ocorrer de três formas distintas, visto que em 96% dos casos da síndrome de down o feto se desenvolve e todas as suas células assumem um cromossomo 21 extra. Em alguns casos não se tem o acréscimo de um cromossomo 21 extra nas células, ocasionando o chamado casos mosaico, no qual somente partes das células são afetadas, ocorrendo em 4% dos casos. A translocação cromossômica ou gênica ocorre quando parte ou todo o cromossomo 21 extra está ligado a um outro cromossomo, normalmente o cromossomo 14. A síndrome de down pode ocasionar complexidades no desenvolvimento global enquanto criança, regularmente são identificadas variações cardíacas, hipotonia, complicações respiratórias e alterações sensoriais, especialmente associadas a visão e a audição (Bissoto, 2005).

A causalidade da síndrome ainda é desconhecida, no entanto considera-se que ela pode estar relacionada à idade avançada da mãe, sendo acima dos 35 anos e no decorrer do período de gestação a possibilidade de exposição a radiações e infecções (Almeida; Carvalho, 2008). No entanto, apesar da probabilidade de ter um filho com síndrome de down aumente com a idade, devido à maior taxa de natalidade entre mulheres mais jovens, há um número maior de mães jovens cujos filhos têm essa síndrome (Papalia, 2022).

Entre os anos 1979 e 2003, a tendência crescente de adiar a gravidez, ocasionando em um aumento de mães com idade avançada, pode ter contribuído para o crescimento correspondente no número de crianças nascidas com síndrome de Down (Papalia, 2022). Por meio dos exames amniocentese, cordocentese, vilo corial ou translucência nucal pode ser feito o diagnóstico da síndrome de down, além das características fenotípicas presentes (Junior, 2002). “Estima-se que aproximadamente 30% das gravidezes nas quais há um diagnóstico de síndrome de Down sejam interrompidas eletivamente.” (Papalia, p. 210, 2022).

No nascimento o cérebro aparenta ser quase normal, mas no início da vida adulta ele encolhe em volume, sobretudo no córtex pré-frontal e na região do hipocampo, acarretando uma disfunção cognitiva, e no cerebelo, ocasionando complicações com a coordenação motora e o equilíbrio (Papalia, 2022). Na fase de desenvolvimento, pode desenvolver desequilíbrios estruturais e funcionais em seu

sistema nervoso, “gerando uma limitação na transmissão e comunicação de muitos sistemas neurais” e “dificuldades em selecionar e direcionar um estímulo pela fadiga das conexões” (Kleinhas; Silva, 2006). Com intervenções precoces e um prognóstico rápido mais favorável em comparação aos anos anteriores, eles podem se beneficiar ao terem acesso às terapias regulares e intensivas, com o intuito de desenvolver habilidades importantes (Papalia, 2022)

Para Floréz e Trancoso (1997 apud Macedo et al., 2009) as variações cerebrais possuem influência no processo iniciativo dos circuitos neurais, afetando as consolidações das ligações das redes nervosas essenciais para determinar os mecanismos de atenção, da habilidade de correlação e análise, da memória e do pensamento abstrato.

Com relação às características físicas, a que se destaca é a facial, possuem o rosto achatado e os olhos em formato oblíquos e uma dobra entre as pálpebras. O tamanho do cérebro é reduzido, o que pode acarretar algumas condições de saúde, como problemas cardíacos e deficiência intelectual (Nunes, 2009). Além disso, suas mãos são largas e curtas, boca e nariz pequeno, língua protusa, baixa estatura, cabeça parcialmente menor e arredondada, baixa visão e audição, pescoço largo e curto, variações na tireoide e no sistema endócrino, podendo ter sobrepeso ou obesidade, irregularidades na musculatura esquelética e imunológicas, ocorrendo antecipadamente o envelhecimento, cardiopatia congênitas, anomalias craniofaciais podem ser subdivididas em congênitas e adquiridas, cardiopatias congênitas, dentre outras características (Araujo, et al., 2004).

O crescimento de estatura se desenvolve precocemente, entretanto, essa velocidade do crescimento é reduzida, acarretando a baixa estatura das pessoas com a síndrome, ocasionando o excesso de peso em virtude da redução das necessidades energéticas, provocando um agravamento das complicações de saúde existentes, como a cardiopatias, distúrbios metabólicos e hipotonia muscular (Ferreira, et al., 2008).

Uma das características presentes na síndrome de down é a deficiência intelectual, pelo fato do desenvolvimento global atípico, o que vai variar de pessoa para pessoa (Dessem; Silva, 2002). Sendo conhecido ainda como trissomia-21, a alteração cromossômica é caracterizada por deficiência intelectual em níveis moderados e severos, apresentando vários sinais físicos, como a pele dobrada nos cantos internos dos olhos (Papalia, 2022). A deficiência intelectual ocasiona restrições

funcionais por conta do funcionamento cognitivo ser reduzido, apresentando limitações para adquirir e desenvolver habilidades em consequência da redução de habilidades perceptivo-motoras (Basso, et al., 2007).

Por conta desses aspectos característicos a pessoa com síndrome de down possui um atraso no desenvolvimento da linguagem que acarreta um vocabulário mais limitado, mediante a complexidade na formação da fala enquanto criança, o que resulta em uma menor identificação das regras gramaticais. Apresenta-se também dificuldades em expressar da mesma forma em que é compreendido o que é falado, em virtude da dificuldade em utilizar os recursos da linguagem para pensar, raciocinar e relembrar informações, o que acaba prejudicando o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas. As pessoas com síndrome de down possuem capacidades de processamento e de memória visual mais elaboradas do que as capacidades de processamento e memória auditivas, em virtude disso, utilizar recursos visuais pode contribuir para melhor aproveitamento intelectual e contribuir para o desenvolvimento (Bissoto, 2005).

Segundo Ramos e Müller (2020), “a expectativa de vida da população com síndrome de down vem crescendo ao longo dos anos. Atualmente, a sobrevivência é de 60 a 70 anos”, visto que, nos séculos anteriores a sobrevivência era de no máximo 30 anos. Este aumento pode ocorrer graças à procura por uma rede de cuidados precoces, estando incluso acompanhamento multiprofissional e as crescentes pesquisas relacionadas à síndrome, pode-se conhecer ainda mais e com isso mais famílias puderam ter acesso a mais informações, assegurando um cuidado absoluto e de excelência para essas pessoas. Estima-se que 70% das pessoas com síndrome de down vivam até os 60 anos ou mais, ainda que haja o risco de morte precoce por diversas circunstâncias, como leucemia, câncer, alzheimer e doenças cardiovasculares. Mas com as devidas precauções e serviços de saúde apropriados, elas conseguem manter uma qualidade de vida longa e saudável (Papalia, 2022).

### **3. FAMÍLIA E O SEU PAPEL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ADULTO COM SÍNDROME DE DOWN**

Os seres humanos ao nascerem já estão inseridos em um determinado contexto que possui suas características próprias e seus ideais estabelecidos, vinculados a uma cultura específica e ocupam certa posição socioeconômica internamente nesta cultura (Glat,1996). A construção dos esquemas da estrutura cognitiva começa a ser organizada desde o nascimento, sendo específica para cada indivíduo. Essa condição progressiva está interligada às ações da família, que constitui a base inicial para o desenvolvimento e a aprendizagem. A família permanece como uma estrutura central para qualquer realinhamento no desenvolvimento humano, cabendo a ela fornecer sustento aos seus descendentes para promover seu desenvolvimento, tanto biológico quanto psicossocial (Osório, 1996).

A manifestação da deficiência como condição incapacitante é proveniente da predominância do defeito secundário sobre o defeito primário, ou seja, ocorre quando as consequências sociais resultantes de limitações orgânicas se sobrepõem ao próprio defeito. Dependendo da forma como o contexto social é estruturado, do sistema de valores e significados propagados na cultura em que a pessoa está inserida, assim como dos apoios sociais disponíveis, podendo se tornar uma questão de maior ou menor relevância (Vigotski, 1997). No contexto da pessoa com deficiência intelectual, fatores como a exposição restrita aos bens culturais e a ausência de suporte socioafetivo propiciam a emergência do defeito secundário e a percepção da deficiência como condição debilitante (Dias, 2014).

As primeiras interações dos seres humanos acontecem, em boa parte do tempo, com sua família. Por essa razão, a relação familiar pode ocasionar efeitos significativos no desenvolvimento psicossocial (Feldman; Papalia, 2013). Independente de como a família é estruturada, ela pode impactar diretamente no desenvolvimento do indivíduo desde o nascimento até a fase adulta. Sendo assim, o ser humano é um ser relacional que requer cuidados e interações sociais para seu desenvolvimento biopsicossocial (Munhoz, 2003). E esse desenvolvimento está atrelado a crenças, valores, costumes, posicionamentos e diversos outros elementos da formação do indivíduo. Ocasionalmente o conjunto destes em sua rede de relacionamentos, podendo ser influenciado por diversos ambientes que propiciam relacionamentos e interações com os quais eles frequentam. A relação familiar tem

um papel direto na formação da identidade, visto que é com a família que se tem maior contato, sendo muitas vezes as únicas pessoas presentes ao seu redor (Carvalho; Matos, 2018).

Dessa forma, o desenvolvimento psicossocial ocorre em concordância com o ambiente em que o sujeito está inserido, tendo início nas primeiras interações com os adultos. Consequentemente, o desenvolvimento psicossocial é moldado no contexto de cada sociedade, por meio das relações culturais e sociais (Feldman; Papalia, 2013).

Sob essa perspectiva, ao compreender o desenvolvimento humano e sua organização por meio das relações interpessoais, evidencia-se que a construção da identidade e o desenvolvimento psicossocial são elaborados baseados nas interações e nas experiências, e é através desse desenvolvimento psicológico e social, bem como a constituição da identidade, que se possibilita orientar e auxiliar as ações, princípios, percepções e comportamentos dos indivíduos. Com isso, é possível colaborar para o desenvolvimento da pessoa com deficiência ao longo de toda a sua vida, e não somente na infância (Carvalho; Matos, 2018). De acordo com essas propostas, deve-se enfatizar que o adulto com deficiência intelectual não deve ser considerado como menos desenvolvido em relação aos demais, mas deve ser levado em consideração que seu desenvolvimento ocorre de maneira diferente (Vygotsky, 1997).

Mediante a isso, a deficiência intelectual não se distingue das demais condições normativas de desenvolvimento, estabelecendo uma relação complexa e dinâmica entre fatores biológicos e culturais. Devido a esse caráter biocultural, a performance intelectual não é predeterminada, mas está exposta à constante possibilidade de reconfiguração e transformação diante de desafios concretos e da oportunidade de estabelecer relações sociais instigantes, que possibilitam o surgimento de novas condutas em relação a si mesmo e ao mundo (Vygotsky, 1997).

A família interfere de forma direta no desenvolvimento do indivíduo desde o nascimento até a fase adulta, independentemente de como o círculo familiar é estruturado. O ser humano é um ser relacional, que precisa de cuidados e interação social para promover seu desenvolvimento biológico, psicológico e social. Esse desenvolvimento acontece por meio dos momentos de vivências compartilhados nas relações, compondo a construção pessoal e social do ser humano (Munhoz, 2003). Portanto, a família por sua vez, pode ser uma rede de apoio, ou do contrário, sendo

um empecilho no processo de desenvolvimento da pessoa, seja ela atípica ou não. (Chacon, 2009).

Criar uma pessoa com deficiência e dedicar-se ao seu desenvolvimento é um desafio, tendo em vista que, diante dessa realidade, as possibilidades são amplas, abrangendo desde um desenvolvimento saudável, marcado por autoconfiança, até um crescimento caracterizado por frustrações, contendas e vergonha (Munhoz, 2003). Desta forma, é fundamental compreender não apenas a essência de um cuidado bem-sucedido, mas também as diversas condições sociais e psicológicas que impactam, de forma positiva ou negativa, seu desenvolvimento. Assim, os pais cujos filhos apresentam segurança, felicidade, saúde e autoconfiança, provavelmente desempenharam um papel fundamental para uma boa saúde mental. Portanto, é fundamental compreender não apenas os fundamentos de um cuidado bem-sucedido, mas também levar em consideração as diversas condições sociais e psicológicas que impactam, de maneira positiva ou negativa, o desenvolvimento do indivíduo (Bowlby, 1989).

Exercer o papel de criar uma outra pessoa é uma atividade desafiadora que exige constante atenção e preocupação. Com o crescimento, essa responsabilidade pode se tornar mais leve, desde que os responsáveis tenham desenvolvido na infância a habilidade de criar estratégias que permitam seus filhos desfrutarem de uma qualidade de vida elevada e manter uma boa saúde mental (Munhoz, 2003).

Mediante a perspectiva da relação dos pais ou responsáveis, o excesso de cuidado e superproteção dos familiares podem acabar prejudicando o desenvolvimento da pessoa com a síndrome de down. Aumentando e acarretando uma postura de dependência, o qual pode prejudicar em sua evolução biopsicossocial. Um movimento não consciente os pais acabam se tornando dependentes de seus filhos, não tendo tempo para refletir sobre suas próprias vidas, e acabam estruturando uma relação de dependência recíproca (Chacon, 2011).

Desse modo, compreende-se que são com os pais que os filhos interagem na maior parte do tempo. No entanto, há diversas pessoas que desempenham uma função fundamental para o seu desenvolvimento, como os irmãos, colegas, e outras pessoas que possam estar em seu meio social. Com isso, as transformações que acontecem na experiência de vida da pessoa com ou sem deficiência, podem gerar impactos significativos em seu desenvolvimento (Sales, 2017). As reações da família a cada etapa que é perpassada pela pessoa com síndrome de down podem ser

cruciais para o seu desenvolvimento, principalmente pelo fato de suas diferenças em relação às demais pessoas começarem a ser mais evidenciadas. Por conseguinte, os anseios dos pais e responsáveis são modificados de acordo com as circunstâncias das fases da vida em que a família se encontra (Garcia et all., 2008).

Com isso, a família tem grande influência no processo de inclusão social da pessoa com síndrome de down, necessitando ser observada considerando dois ângulos: a contribuição ou limitação que a família pode vir a trazer no processo de inclusão nos meios sociais, e a inclusão da pessoa com síndrome de down com sua própria família. Esses dois aspectos são extremamente importantes para se pensar no processo de desenvolvimento da pessoa com síndrome de down, visto que quanto mais próxima estiver de sua família, mais esta família passará a tratar ela de forma natural e/ou normal, possibilitando que conforme sua viabilidade, participe e desfrute dos recursos e serviços gerais da comunidade, por consequência, mais incluída em espaços sociais (Glat,1996).

#### **4. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO ADULTO COM SÍNDROME DE DOWN NO MEIO SOCIAL**

Sendo um conceito vinculado aos fenômenos sociais, a deficiência percorreu um longo caminho nas diferentes sociedades e passou por diversos significados, desde a interpretação inicial no discurso místico até a compreensão moderna, que a clareza como uma condição de saúde ou uma expressão da diversidade humana. Atualmente, movimentos políticos e teóricos, como o modelo social da deficiência, possibilitam que as pessoas com deficiência tenham instrumentos mais eficazes para reivindicar e garantir seus direitos previstos em sociedades democráticas (Santos, 2008)

A deficiência é uma categoria socialmente construída que se torna restritiva e incapacitante não só pelas limitações orgânicas, mas principalmente pelos impactos psicossociais, especialmente nas interações entre uma pessoa com deficiência e as demais (Glat, 1996). De acordo com Glat, Vygotsky (1996) enfatiza que a deficiência não deve ser delimitada aos seus componentes biológicos, orgânicos e cromossômicos, conforme delineados por ele, como deficiência primária. Segundo o autor, a deficiência pode ser secundária quando decorrente de barreiras físicas, educacionais e atitudes construídas pelo contexto social.

Em determinados períodos da história, a deficiência foi compreendida como uma expressão do azar, da tragédia pessoal e uma experiência restrita ao âmbito privado. Essa concepção da deficiência como um fato do azar transforma-a em uma questão privada, especialmente sob a tutela dos cuidados familiares. Com a adoção do modelo social, a deficiência tornou a ser uma questão a ser abordada pela sociedade, no contexto da luta por direitos e da necessidade de adaptar os ambientes às diversidades corporais (Santos, 2008).

O modelo social surgiu como uma resposta ao modelo médico, que reconhecia o corpo deficiente como a principal causa da desigualdade vivida entre as pessoas, sem considerar o papel das estruturas sociais para a opressão. Entre o modelo social e o modelo médico, há uma mudança na lógica causal da deficiência, para o modelo social a causa está nas estruturas sociais pouco sensíveis à diversidade corporal, já para o modelo médico, no indivíduo e sua lesão (Santos, 2008)

A inclusão social se desenvolve de maneira a promover a compreensão de que a sociedade deve se adaptar para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas

com deficiência e, concomitantemente, se preparam para realizar seus papéis na sociedade. Constituindo-se assim um processo bilateral em que as pessoas ainda excluídas e a sociedade procuram em conjunto, solucionar problemas, definir os resultados e realizar a equiparação de oportunidades para todos (Sasaki, 1997).

Segundo Sasaki (2003), existem alguns conceitos que devem estar presentes na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência, como autonomia, independência, empoderamento e equiparação de oportunidades. Essas noções sintetizam a perspectiva de que a pessoa com deficiência deve ter o direito de exercer autonomia sobre sua própria vida, apropriar-se do espaço físico em que vive, ter condições justas de oportunidades e vivenciar experiências que promovam seu fortalecimento individual. Diante disso, a inclusão envolve a adaptação de todos os sistemas sociais para abrangerem o maior número possível de possibilidades, eliminando barreiras que dificultam a participação de todas as pessoas, respeitando suas particularidades, para que possam compartilhar os mesmos espaços e ter acesso igualitário (Sasaki, 2003).

De acordo com Sasaki (2010):

Assim, existe a inclusão na educação, no lazer, no transporte etc. Quando isso acontece, podemos falar, respectivamente, em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos (Sasaki, p. 40, 2010).

Dessa forma, sob a perspectiva dos processos sociais, a integração e a inclusão são igualmente fundamentais. Visto que, o processo de integração social possui um papel importante a cumprir, cobrindo situações em que exista resistência à adoção de medidas inclusivas. Certamente, nem todas as pessoas atípicas necessitam que a sociedade seja alterada, visto que, algumas estão aptas a se integrar a ela dessa forma. Mas a grande maioria não conseguirá integrar-se plenamente e igualmente na sociedade, se a mesma, não se tornar inclusiva (Sasaki, 2010).

Nesse sentido, entre o final do século XX e início do século 21, ocorre a transição entre a integração e a inclusão, mas ambas ainda coexistem nos processos sociais por um período, até que progressivamente, a integração se enfraquece e a inclusão predomine. Isso se deve ao fato de que a integração visa a “inserção da

pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade”, em contrapartida, a inclusão tem como foco a “modificação da sociedade como pré-requisito para qualquer pessoa buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania” (Sassaki, 2010). Desse modo, a integração social surgiu com o intuito de romper com a prática da exclusão social que as pessoas com deficiência foram submetidas por vários séculos. A exclusão acontecia de maneira geral, essas pessoas eram excluídas da sociedade independente da atividade que fora ser executada, pelo fato delas serem consideradas inválidas, irrelevantes para a sociedade e não capacitadas para trabalhar, características concedidas indistintamente a todas as pessoas que tivessem alguma deficiência (Sassaki, 2010).

Deste modo, a integração deve ser vista como sendo um processo o qual o indivíduo é transformado pelas interações com o outro, a partir da família, no plano intersubjetivo, por meio da internalização dos valores e normas vigentes, e simultaneamente, o transforma conforme suas necessidades intrassubjetivas. Refere-se a um processo que ocorre em um duplo sentido, do social para o individual e do individual para o social, ao mesmo tempo (Chacon, 2011). Por outro lado, a inclusão social pode ser compreendida como um processo em que a sociedade deve se adaptar para que assim possa incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, concomitantemente, se preparam para realizar seus papéis na sociedade. Constituindo-se assim um processo bilateral em que as pessoas ainda excluídas e a sociedade procuram em conjunto, solucionar problemas, definir os resultados e realizar a equiparação de oportunidades para todos (Sassaki, 2003).

Conforme afirma Sassaki (2010):

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social e educacional e profissional (Sassaki, p. 45, 2010).

A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, impulsionou debates sobre os movimentos em defesa de seus direitos, pautada no debate sobre os direitos humanos em âmbito internacional, havia no Brasil um crescente debate sobre direitos iguais e inalienáveis como base para a construção da

justiça social. Desse modo, possibilitando que não apenas as pessoas com deficiência pudessem serem ouvidas, mas também outros grupos sociais e minorias (Brasil, 2010).

Diante disso, é necessário perceber e compreender que a efetivação normativa, por si só, não é suficiente para promover a inclusão social, sendo necessário colocar em prática, através da cobrança do Estado e da conscientização da sociedade. Tendo em conta que não é suficiente apenas a existência de leis, enquanto essas pessoas permanecerem isoladas em suas casas, interagindo somente com seus familiares. Sendo fundamental a conscientização no ambiente familiar, escolar, local de trabalho e nos espaços sociais de que todos são capazes de alcançar conquistas, cada um em seu próprio tempo, limitação e maneira (Leite; Lima, 2020).

A deficiência é uma categoria socialmente construída que se torna restritiva e incapacitante não só pelas limitações orgânicas, mas, principalmente pelos impactos psicossociais, especialmente nas interações entre uma pessoa com deficiência e as demais (Glat, 1996). Em virtude disso, a presente ideia acaba resultando um modelo ideal de sujeito, que não consegue se adaptar aos padrões culturais e sociais já definidos. Existindo um tipo de ideal formado com base do imaginário social, a família sendo o primeiro lugar onde o ideal de sujeito começa a se determinar e dentro dessa perspectiva, também exercem papéis, constroem relações, estabelecem relações de poder (Munhoz, 2003). De forma semelhante, a segregação pode ser compreendida como sinônima a exclusão, visto que, essas pessoas são separadas das demais com base em suas características como deficiência ou classe social pertencentes. Impedindo que ocorra a convivência e diálogo entre diferentes tipos de grupos, conservando os estereótipos e preconceitos (Fohrmann, 2016).

Por intermédio das relações com pessoas com deficiência e às demais pessoas, acabam optando em não direcionar o olhar para sua natureza não evidente, visto que o estigma que carrega produz ambientes sociais de interação. De acordo com estudos sobre os comportamentos desviantes, o desafio da deficiência é percebido como patologia individual, sob a perspectiva médica, ou como uma patologia social, sob a perspectiva das ciências sociais (Velho, 1985).

Impedimentos que surgem da representação social da comunidade na qual está inserido, a internalização da concepção de que pessoas com deficiência intelectual não são capazes de aprenderem e a idealização de que possuem

mentalidade infantil, podendo resultar em um não desempenho escolar, imaturidade e um estado de dependência intelectual e socioafetiva permanente (Trevisana, 2022).

Na sociedade ainda existem obstáculos que dificultam a inclusão e a aceitação das pessoas com deficiência ou taxadas como “diferentes”, na maioria das vezes a família é a comprovação desses empecilhos e problemas enfrentados (Gomes, 2009). Em virtude disso, a percepção de incapacidade da pessoa com síndrome de down está relacionada à representação social que as demais pessoas possuem a respeito dela. Mediante a essa percepção, a incapacidade é vista como atributo, pelo fato dessa pessoa não produzir e não ser semelhante ao padrão esperado, sendo na verdade, a construção imaginária que determina as referências para as interações sociais e afetivas presente entre as pessoas (Velho, 1985).

Os efeitos da vulnerabilidade social são enfrentados duplamente pelas pessoas com deficiência. Primeiro, pelo fato de não serem reconhecidas socialmente como pessoas produtivas e pela dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho. E segundo, pela dificuldade e mesmo impossibilidade de garantirem sua autonomia econômica, social e simbólica por conta de suas limitações, acarretando na exclusão e isolamento ao não fazerem parte da sociedade produtiva por meio dos processos de sociabilidade proporcionados pelo mercado de trabalho (Santos, 2008).

As pessoas com deficiência intelectual enfrentam muitos desafios em suas relações com o meio social, como a desvalorização de seus papéis como jovens e adultos, além das expectativas baixas em relação à sua capacidade de adaptação, solução de problemas, reflexão e autorreflexão, essenciais características das formas mais desenvolvidas de funcionamento cognitivo (Dias, 2012).

Frequentemente são posicionadas distantes do status social de adulto, sendo vistas como crianças que não conseguem agir, deliberar, decidir ou liderar, como qualquer outro adulto. Podendo acarretar a perda de oportunidades, sejam elas acadêmicas e sociais que acabam causando impactos duradouros sobre o processo de desenvolvimento pessoal. Existem repercussões em vários contextos da vida cotidiana, resultando em dificuldades, especialmente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, conclusão da educação básica ou acesso aos níveis mais superiores de educação, contextos em que adultos participam de maneira ativa (Dias, 2012).

Sendo fundamental o estilo de vida independente no processo de inclusão, possibilitando que as pessoas com deficiência possam ter participação de qualidade

na sociedade, atuando tanto a condição de beneficiários de bens e serviços oferecidos, quanto como participantes ativos no desenvolvimento social, cultural, econômico e político da nação (Sassaki, 2010).

As políticas sociais para as pessoas com deficiência evidenciam a controvérsia presente na efetivação da política de seguridade social no Brasil. Promover justiça para as pessoas com deficiência significa fazer uso das políticas de previdência que asseguram a inclusão e ampliam as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, é fundamental garantir a proteção dos direitos de cidadania, por meio da política da assistência social a todas aquelas que, por suas restrições de habilidades, não farão parte do mercado do trabalho. Compreender o fenômeno da deficiência e toda sua complexidade significa considerar que políticas de assistência são essenciais para uma vida com dignidade para as pessoas com deficiência (Santos, 2008).

Portanto, a deficiência é uma expressão da diversidade humana, tornando-se uma questão de injustiça apenas quando a estrutura básica da sociedade falha em tratar com equidade, impondo às pessoas com deficiência barreiras físicas ou morais e limitações de acesso aos ambientes sociais. A significativa presença de pessoas com deficiência na sociedade brasileira torna o tema da deficiência em uma questão social urgente, exigindo do poder público medidas efetivas que promovam os direitos de cidadania das pessoas que a experimentam, seja por meio das políticas sociais ou de outros instrumentos que garantam a justiça (Santos, 2008).

Sendo assim, para a compreensão dos processos de desenvolvimento da pessoa com deficiência cabe não se limitar apenas às características da própria deficiência ou seus aspectos quantitativos, mas conhecer a pessoa, ou seja, compreender o papel que a deficiência ocupa em sua vida, como é estabelecida sua subjetividade em relação a deficiência, quais transformações pessoais foram produzidas ou podem se apresentar como possíveis (Dias; Oliveira, 2013). Diante disso, a sociedade necessita de uma transformação na percepção em relação à pessoa com deficiência, reconhecendo como uma pessoa com capacidades, anseios e direitos (Travessia, 2022).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas realizadas e da articulação construída, o presente estudo buscou trazer o importante papel que a família possui para o desenvolvimento da pessoa com síndrome de down, a estimulando e não infantilizando na fase adulta, permitindo a ela oportunidades para sua autonomia e independência na sociedade. Com base nessas considerações, podemos observar que a família possui grande influência no processo de desenvolvimento, principalmente por serem os únicos a ter contato diário com eles, podendo incentivar de diferentes maneiras, principalmente se não houver condições financeiras e oportunidades de trabalho em conjunto com especialistas capacitados.

A psicologia social desempenha um papel essencial no processo de inclusão social de adultos com síndrome de down, promovendo a autonomia, contribuindo para que eles possam participar de forma mais ativa e significativa na sociedade. Além disso, o apoio às famílias e a sensibilização da sociedade são fundamentais para a criação de um ambiente inclusivo e livre de preconceitos.

Mediante ao que foi apresentado, pode-se compreender detalhadamente a respeito das características da síndrome de down, como ela pode estar relacionada tanto em aspectos físicos como cognitivos, e como isso pode influenciar sua vivência de forma significativa. Sendo necessário que primeiro a família aceite e comece a olhar essas particularidades como potências, retirando suas idealizações e construções feitas desde a gestação. Na relação com o filho possui elementos suficientes para que se estabeleça uma boa relação, buscando primeiramente compreender a respeito da síndrome e os recursos possíveis para o desenvolvimento.

Com essas considerações, podemos perceber que a família possui um papel importante na construção da pessoa com síndrome de down, contribuindo como intermediária para as possibilidades de inclusão e desenvolvimento. Os pais ou responsáveis são os principais mediadores para os processos de inclusão e sua participação é fundamental. A integração do filho com síndrome de down no ambiente familiar é uma condição ideal e de grande importância, pois é a partir dela que facilitará sua inclusão em outros grupos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Gil Lúcio; CARVALHO, Regiane Luz. Controle postural em indivíduos portadores da síndrome de Down: revisão de literatura. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 15, n. 3. p. 304–308. ago. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/fp/a/vpQvZyQM7Lb9vMccFcGtPBs/> Acesso em: 27 agost. 2024.

ARAUJO, Vanessa Pereira de; BERTHOLD, Telmo Bandeira; HELLWING, Ingeburg ROBINSON, Wanyce Miriam. Síndrome de Down: aspectos gerais e odontológicos. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 3, n. 2. p. 252-260. jul./dez. 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/4430/3288> Acesso em: 15 set. 2024.

ARAÚJO, Maria Elionês de Oliveira. **Excesso de Peso e Fatores Associados em Crianças com Síndrome de Down: Uma Revisão Narrativa**. Monografia (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em:

[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48615/1/TCC\\_Maria\\_Elion%c3%aas\\_de\\_Oliveira\\_Ara%c3%baajo.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48615/1/TCC_Maria_Elion%c3%aas_de_Oliveira_Ara%c3%baajo.pdf) Acesso em: 15 out. 2024.

BASSO, Luciano; GIMENEZ, Roberto; MANOEL, Edison de Jesus. Modularidade de programas de ação em indivíduos normais e portadores da síndrome de down. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 19. n. 1. p. 60–65. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/bcrKzLDxPNGxp9Q3QDMgm3C/?lang=pt#> Acesso em: 20 set. 2024

BERESFORD, Heron.; CARDOSO, Fabrício; LIMA, Iris; MACÊDO, Luciel. Avaliação da relação entre o déficit de atenção e o desempenho grafo-motor em estudantes com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 15. n. 3. p. 431–440, set. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/jm4tk8C6kCbh45ncH47YPJf/> Acesso em: 29 agost. 2024

BISSOTO, Maria Luísa. O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 2. mar. 2005. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212005000100009](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212005000100009) Acesso em: 30 agost. 2024.

BOWLBY, John. **Uma Base Segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. 1ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989 Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL (2010). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Disponível: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20omovimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf> Acesso em: 19 out. 2024.

CARVALHO, Laís Emanuele Pereira de; MATOS, Bianca Emília de. **O Desenvolvimento Psicossocial da Criança com Síndrome de Down na Perspectiva da Família**: Desafios e Possibilidades. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: [https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1500/1/MONOGRAFIA\\_DesenvolvimentoPsicossocialCrian%c3%a7a.pdf](https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1500/1/MONOGRAFIA_DesenvolvimentoPsicossocialCrian%c3%a7a.pdf) Acesso em: 21 out. 2024.

CHACON, M.C.M. Aspectos relacionais, familiares e sociais da relação pai-filho com deficiência física. **Revista Brasileira de educação especial**. Marília, v.17, n.3. set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/8gtS5c7tLnWCVK7yrmpDTWn/> Acesso em: 20 set. 2024.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Nara Liana Pereira. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em psicologia**, v. 6. n. 2. p. 167-176. 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3304/2648> Acesso em: 14 set. 2024

DIAS, Sueli de Souza. **A quem serve o diagnóstico de deficiência intelectual?** Um estudo do desenvolvimento adulto na perspectiva da psicologia dialógica. Dissertação (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:

[http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/17384/1/2014\\_SueliDeSouzaDias.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/17384/1/2014_SueliDeSouzaDias.pdf)

Acesso em: 20 out. 2024

EL-HANI, Charbel N.; GUSMÃO, Fábio AF; MOREIRA, Lília MA. A síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22. n. 2. p. 96–99. jun. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/XTSyqsLMHs56f4LmdznG4Vk/abstract/?lang=pt> Acesso

em: 15 set. 2024

FELDMAN, Ruth Duskin; PAPALIA, Diane E.; com Gabriela Martorell. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Editora AMGH, p.97. 2013. Disponível

em:[https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-](https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf)

[Desenvolvimento-Humano.pdf](https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf) Acesso em: 20 out. 2024

FERREIRA, Daniele M.; LOPES, Taís de S.; MARINS, Vania M. R. de.; PEREIRA, Rosângela A.; VEIGA, Gloria V. da; Comparação entre distribuições de referência para a classificação do estado nutricional de crianças e adolescentes com síndrome de Down. **Jornal de Pediatria**, v. 84. n. 4. p. 350–356, jul. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jped/a/TzD6gcBHtgKPh9nH3jqqWSz/> Acesso em: 20 out. 2024

FOHRMANN, Ana Paula Barbosa. Os Modelos Médico e Social de Deficiência a partir dos Significados de Segregação e Inclusão nos Discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. **Revista Estudos Institucionais**. Rio de Janeiro. vol. 2. n. 2.

2016. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/76/108>

Acesso em: 20 out. 2024

GARCIAS, Gilberto de Lima; HENN, Camila Guedes; PICCININI, Cesar Augusto. A família no contexto da Síndrome de Down: revisando a literatura. **Psicologia em Estudo**, v. 13. n. 3. p. 485–493. jul. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/B7PsTDspZQxppykjMLqhTtK/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 07 out. 2024.

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol. 2. n. 4. p.111-118, 1996. Disponível em: <https://abpee.net/pdf/artigos/art-4-9.pdf> Acesso em: 20 out. 2024.

JÚNIOR, Walter Pinto. Diagnóstico pré-natal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 1, p. 139–157, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8PprNGXyNc4rF8VkwMMy65M/abstract/?lang=pt> Acesso em: 27 set. 2024.

JUSTINA, Lourdes Aparecida Della Justina; PIETRICOSKI, Luciana Borowski. História da construção do conhecimento sobre a Síndrome de Down no século XIX e início do século XX. Research, **Society and Development**, v. 9. n. 6. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340912840\\_Historia\\_da\\_construcao\\_do\\_conhecimento\\_sobre\\_a\\_Sindrome\\_de\\_Down\\_no\\_seculo\\_XIX\\_e\\_inicio\\_do\\_seculo\\_XX](https://www.researchgate.net/publication/340912840_Historia_da_construcao_do_conhecimento_sobre_a_Sindrome_de_Down_no_seculo_XIX_e_inicio_do_seculo_XX) Acesso em: 03 set. 2024.

KLEINHANS, Andréia Cristina dos Santos; SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12. n. 1. p. 123–138. jan. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/tMYgYzYnfZxKxKt3XrWrHFb/> Acesso em: 08 set. 2024.

LEITE, Leonardo Canez; LIMA, Ellen Ramos. A necessidade da inclusão social e do respeito aos direitos fundamentais de pessoas com síndrome de down. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, v. 30. n. 1. p. 113–138. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/11934/7858> Acesso em: 08 set. 2024.

MULLER, Alessandra Bombarda; RAMOS, Bruna Bueno. Marcos motores e sociais de crianças com síndrome de down na estimulação precoce. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**. p. 37-43. 2020. Disponível em: <https://revista.fcmmg.br/index.php/RICM/article/view/95/92> Acesso em: 10 set. 2024.

MUNHOZ, Maria Alcione. **A contribuição da família para as possibilidades de inclusão das crianças com síndrome de down**. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2252/000366647.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 out. 2024.

OSÓRIO; Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 12, 1996. Acesso em: 29 set. 2024.

PAPALIA, Diane E.; com Gabriela Martorell. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Editora AMGH, 2022. Acesso em: 20 out. 2024.

SALES, Filipe. A influência Familiar no desenvolvimento das pessoas com deficiência. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 16, n. 1 e 2, abril de 2017. Disponível em:

<https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/2360/906>

Acesso em: 18 out. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Os novos paradigmas. Inclusão. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo Uma Sociedade Para Todos**. 7ª edição. Editora: WVA, 2010. cap.01. p. 27-51. Acesso em: 20 out. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR. 2003. p. 12-16. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, Wederson Rufino dos. **Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria**. s **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. p.501-519. 2008 Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/physis/2008.v18n3/501-519/pt> Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, Antonio Francisco Alves da. **Perfis de Expressão Monoalélica em Genes Candidatos ao Imprinting Genômico no Cromossomo 21 e Alterações Epigenéticas na Síndrome de Down**. Dissertação (Doutor em Biociências e

Biotecnologia) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: [https://uenf.br/posgraduacao/biociencias-biotecnologia/wp-content/uploads/sites/12/2020/08/Tese-DS\\_Antonio-Francisco-Alves-da-Silva\\_Matr-11112004-33\\_Vers%C3%A3o-Final.pdf](https://uenf.br/posgraduacao/biociencias-biotecnologia/wp-content/uploads/sites/12/2020/08/Tese-DS_Antonio-Francisco-Alves-da-Silva_Matr-11112004-33_Vers%C3%A3o-Final.pdf) Acesso em: 27 set. 2024.

SOUZA, Aline Bernardes de. **Síndrome De Down: Habilidades Manuais E Desempenho Funcional**. 69 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/66609764-5f6b-461b-9c0e-e7ea5d7660e6/content> Acesso em: 05 out. 2024.

TREVISANA, Cristiano de Lima. Ciências Humanas. **Revista análises de discurso**, São Paulo, 7ª ed., abril. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/AlexandreCoqui/publication/360291318\\_CONTRIBUICOES\\_DA\\_NEUROPSICOPEDAGOGIA\\_E\\_O\\_AUTISTA/links/626d8deadc014b437976648a/CONTRIBUICOES-DA-NEUROPSICOPEDAGOGIA-E-O-AUTISTA.pdf#page=42](https://www.researchgate.net/profile/AlexandreCoqui/publication/360291318_CONTRIBUICOES_DA_NEUROPSICOPEDAGOGIA_E_O_AUTISTA/links/626d8deadc014b437976648a/CONTRIBUICOES-DA-NEUROPSICOPEDAGOGIA-E-O-AUTISTA.pdf#page=42) Acesso em: 17 out. 2024.

VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência**. Uma crítica da Patologia Social. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Acesso em: 20 out. 2024.

VYGOSTSKY, L.S.. **A Formação social da mente**. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Acesso em: 20 out. 2024.

VYGOSTSKY, L.S.. **Obras Escogidas: Fundamentos da Defectologia**. Vol.5 . Madrid: Visor, 1997. Acesso em: 20 out. 2024.